



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.602

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Diversos

**Autoria:** Martins Lima Filho

**Data:** 30/07/2024

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 124/2024. Assegura o ingresso e a permanência em qualquer local privado de acesso público às pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, portando seus alimentos para consumo próprio, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.738, de 21/08/2024).

**Controle Interno – Caixa:** 9.8      **Posição:** 20      **Número de folhas:** 06



Nº 93/2024  
20.08.2024

# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 124/2024

Lei Nº 5738, de 21/08/2024

AUTOR:

Ver. Martins Lima Filho

ASSUNTO:

Assegura o ingresso e a permanência em qualquer local privado de acesso público às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), portando seus alimentos para consumo próprio..

## MOVIMENTO

1 Entrada dia - 30/07/2024

2 Comissão Legislação e Justiça

3 APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA

4 Em: 20.08.2024

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

31-07



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG



### PROJETO DE LEI 124/2024

Assegura, o ingresso e a permanência em qualquer local privado de acesso público às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), portando seus alimentos para consumo próprio.

Os cidadãos do Município de Montes Claros/Mg, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovam e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** São autorizados, respeitada a faixa etária indicativa, o ingresso e a permanência em qualquer local privado de acesso público da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, portando:

- a) alimentos para consumo próprio, ainda que o local sirva alimentação;
- b) utensílios e objetos de uso pessoal.

**Paragrafo único** - O ingresso e permanência em qualquer local privado de acesso público portando utensílios de uso pessoal e alimentos para consumo próprio, ficará condicionado à apresentação de laudo médico, e/ou carteira de identificação que comprove a condição de pessoa com autismo.

**Art. 2º** O descumprimento desta lei sujeitará ao responsável legal pelo estabelecimento as seguintes punições:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) Unidades de Referência Fiscal do Município – UREF - MC, sendo a multa dobrada a cada nova notificação.

**Art. 3º** Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo em até 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de julho de 2024.

  
**MARTINS LIMA FILHO**  
Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| PROTÓCOLO                     |   |
| <input type="checkbox"/> EXP. | <input checked="" type="checkbox"/> RECEB.  |
| 30/07/2024                    |   |
| HORA: 09:35                   |   |
| ASS:                          |  |

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE Legislação e

Justiça

EM 30 DE julho DE 2024

per

PRESENTE



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 124/2024 que “Assegura o ingresso e a permanência em qualquer local privado de acesso público às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), portando seus alimentos para consumo próprio.”, de autoria do Vereador Martins Lima Filho.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem como finalidade assegurar aos portadores do Espectro Autista o direito de adentrar e permanecer em locais privados de acesso público, portando alimentos para consumo próprio, assim como seus utensílios e objeto de uso pessoal.

Referido projeto trata de assunto de interesse local, não se vislumbrando nenhum vício de legalidade ou mesmo de iniciativa, ressaltando que o dito projeto é restrito aos entes privados e mesmo para eles, não cria nenhuma despesa ou nova obrigação.

Em face ao exposto, somos de parecer que o projeto é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 31 de julho de 2024.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605

ASSINADO DIGITALMENTE  
LUCIANO BARBOSA BRAGA  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>







## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 124/2024 que “Assegura o ingresso e a permanência em qualquer local privado de acesso público às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), portando seus alimentos para consumo próprio.”, de autoria do Vereador Martins Lima Filho.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem como finalidade assegurar aos portadores do Espectro Autista o direito de adentrar e permanecer em locais privados de acesso público, portando alimentos para consumo próprio, assim como seus utensílios e objeto de uso pessoal.

Referido projeto trata de assunto de interesse local, não se vislumbrando nenhum vício de legalidade ou mesmo de iniciativa, ressaltando que o dito projeto é restrito aos entes privados e mesmo para eles, não cria nenhuma despesa ou nova obrigação.

Em face ao exposto, somos de parecer que o projeto é legal, constitucional e atende á forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 31 de julho de 2024.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605

ASSINADO DIGITALMENTE  
LUCIANO BARBOSA BRAGA  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 124/2024**

**AUTORA:** Ver. Martins Lima Filho

**MATÉRIA:** Assegura o ingresso e a permanência em qualquer local privativo de acesso público às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), portando seus alimentos para consumo próprio.

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 30/07/2024, com entrada na Sala das Comissões no dia 31/07/2024.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto, em análise, tem por objetivo assegurar o ingresso e a permanência em qualquer local privado de acesso público, da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, portando alimentos próprios para o consumo próprio, ainda que sirva alimentação, e a utilização de utensílios e objetos de uso pessoal.

O ingresso e a permanência nesses locais portando alimentos para o consumo próprio e utensílios de uso pessoal será condicionada à apresentação de laudo médico e/ou carteira de identificação que comprove a condição de pessoa com Espectro Autista.

De acordo com a Constituição Federal, toda pessoa tem direito à saúde e, visando garantir esse direito, a proposição objetiva assegurará aqueles com restrição alimentar, em virtude do Espectro Autista, alimentação adequada para garantir o seu bem-estar enquanto estiverem nas dependências dos locais privados de acesso público, bem como a utilização dos seus utensílios e objetos de uso pessoal.

O projeto de lei também impõe sanções em caso de descumprimento do disposto nessa proposição por parte do estabelecimento, quais sejam: advertência e multa de 5 (cinco) Unidades de Referência Fiscal do Município – UREF-MC, sendo a multa dobrada a cada reincidência.

A proposição estabelece que o Poder Executivo regulamentará a lei para garantir a sua fiel execução.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Face ao exposto, esta Comissão conclui pela legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2024.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice-Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus